APPURBANA 2014
O III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo será realizado em Belém do Pará
UFPA - Belém
10 a 13 de setembro de 2014
A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

**EIXOS TEMÁTICOS:**

A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica ( )
Interfaces entre a política ambiental e a política urbana (X)
Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

# A dualidade do ambiente natural/urbano e suas perspectivas em Cotijuba-Pa

*The duality of the natural/urban environment and its prospects in Cotijuba-Pa*

RIBEIRO, Bruna Gomes (1); CARDOSO, Ana Cláudia D. (2); BEZERRA, Fabiola N. C. (3).

(1) Mestranda, UFPa – PPGAU. Brasil, brunag_ribeiro@hotmail.com
(2) Professora Doutora, UFPa – PPGAU. Brasil, aclaudiacardoso@gmail.com
(3) Graduanda, UFPa – FAU. Brasil, fabyventury@hotmail.com

**EIXOS TEMÁTICOS:**

A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica ( )
Interfaces entre a política ambiental e a política urbana (x)
Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ( )
Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ( )
História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ( )
Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ( )

# A dualidade do ambiente natural/urbano e suas perspectivas em Cotijuba-Pa

*The duality of the natural/urban environment and its prospects in Cotijuba-Pa*

**RESUMO**

A parte insular da Região Metropolitana de Belém ainda pode ser considerada como meio ambiente natural na fronteira de expansão urbana da metrópole. Neste artigo a ilha de Cotijuba é tomada como objeto de uma investigação exploratória que associa elementos históricos, geográficos, físicos e legais para expor o quanto neste território concorrem práticas e modos de vida quee tendem a afirmar as regras da natureza. Destaca-se a importância da regulação e gestão municipal na ilha, e o enfrentamento de dos impasses sob a ótica da sustentabilidade para que sejam criadas novas matrizes teóricas e práticas para áreas semelhantes na região.

**Palavras Chaves:** Cotijuba; expansão urbana; uso e ocupação do solo insular; ambiente natural.

***ABSTRACT***

*The insular part of the Metropolitan Region of Belém can still be regarded as the natural environment on the border of urban sprawl of the metropolis. In this article the island of Cotijuba is taken as an object of exploratory research that combines historical, geographical, physical and legal elements to expose how wiyhin this territory tend to compete practices and lifestyles tend to compete and assert the rules of nature. Highlights the importance of regulation and municipal management on the island, and coping with dilemmas from the perspective of sustainability for new theoretical frameworks and practices to similar areas in the region are created.*

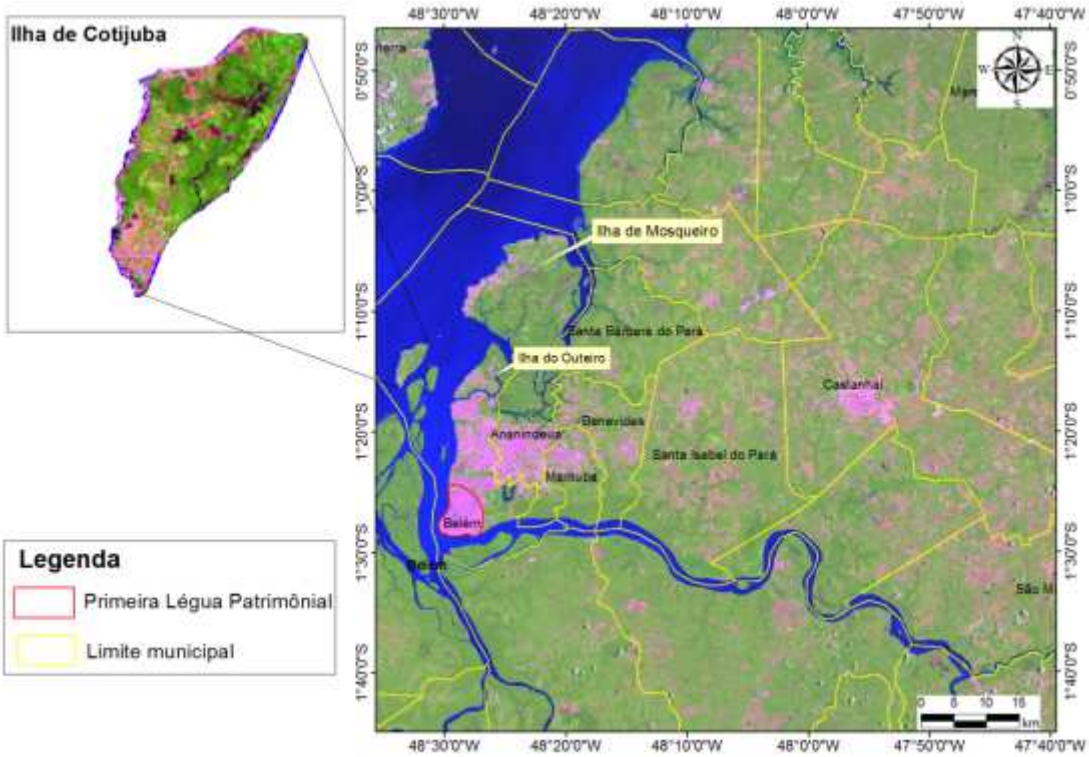
***KEY-WORDS:*** *Cotijuba; urban sprawl; use and occupation of the island soil; natural environment.*

## 1. Introdução

A ilha de Cotijuba faz parte da região Metropolitana de Belém-Pa (ver figura 1), sua ocupação é peculiar por encontrar-se em um estágio entre a ocupação tradicional das áreas de várzea amazônica e o padrão de urbanização incompleta típica da região (Lombardi, 2014), desenhar a trajetória da evolução de sua ocupação e urbanização facilita a compreensão de como acontece a incorporação de espaços antes ocupados apenas por populações extrativistas ou de incipiente atividade mercantil, adaptadas à várzea e à floresta, que construíram ao longo dos séculos uma convivência harmônica com esse território. A observação das condições de ocupação da ilha a partir da trajetória histórica, da expectativa e modos de vida de sua população de atual, de legislação que se aplica à ilha, em diversas esferas, da gestão que é efetivamente praticada nesse território indica a necessidade de uma noção de urbanização com parâmetros diferentes do aditado em áreas sob influência da industrialização. Atualmente as praticas locais revelam que a urbanização já é efetiva em termos conceituais (através do consumo, das expectativas) mas incompleta em termos físicos,

manifestando o que Monte-Mór (1994) neste ponto chama de urbanização extensiva. Cabe a discussão do relacionamento da população e dos usuários da ilha com a natureza, se a intenção for preservar a paisagem natural ou a "primeira natureza" como exposta por Smith (1988) na discussão que faz sobre o desenvolvimento desigual.

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo (Ilha de Cotijuba)




Fonte:Diogo Santos, produzido a partir de imagem Landsat ETM+.

A partir de uma perspectiva histórica, destaca-se a forma como a ocupação na Amazônia conciliou sua vegetação exuberante e uma densa rede hídrica, uma ocupação insular na região: através de palafitas esparsas nas margens de cursos d'água e a formação de cidades e vilas ribeirinhas.

> "Até meados do século XX a distribuição dos assentamentos humanos na Amazônia seguiu a lógica do modal hidroviário, e assumiu os rios como principal modo de circulação, troca e exportação do que era coletado no interior da floresta." (Ventura Neto, Cardoso 2012)

A origem de Belém, capital do Pará, não foi diferente. Fundada na entrada da Bacia Amazônica, Belém também teve sua origem ribeirinha apesar de sua atual condição de metrópole. Sua localização estratégica garantia a defesa e o controle do território, do ponto de vista comercial a destacaram como posto exportador e conta com essa dinâmica ainda hoje, e de produtos da floresta coletados em áreas de influencia de

cidades menores e localidades via modal hidroviário, formando uma rede que Correa (1987) chamou de dendrítica.

Na década de 60 a cidade foi integrada à malha rodoviária nacional, no escopo do Plano de Metas do Governo JK. A política econômica nacional deste período provocou uma reestruturação produtiva do meio rural e desencadeou fluxos migratórios rural-urbanos, que induziram a ocupação de baixadas da capital (várzeas) por assentamentos informais (através de palafitas e estivas), como uma das principais estratégias de adensamento da Primeira Légua patrimonial de Belém. Com a implantação da rodovia, a mesma se constituiu em eixo de expansão metropolitano, onde foram implantados os conjuntos habitacionais viabilizados com recursos federais. Durante muitas décadas a ocupação das baixadas foi melhor solução de moradia do que os conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, contudo eram cada vez mais influentes as soluções externas até que a valorização de terras na área metropolitana provocadas por ações de macrodrenagem em Belém, redirecionaram a população de baixa renda para a periferia metropolitana distanciando-a do rio.

> "As referências para a organização do espaço urbano de Belém tornaram-se cada vez mais externas à região, fortalecendo a percepção de que rios e várzeas eram obstáculos à expansão das cidades, que requeriam grandes volumes de recursos devido à pujança da natureza na região. Os planos oficiais para a recuperação das áreas de baixada da cidade (40% da Primeira Légua patrimonial) estabeleceram, num primeiro momento, que a viabilidade da obra dependeria da possibilidade dessas áreas serem incorporadas ao mercado imobiliário (SUDAM, 1976)." (Ventura Neto, Cardoso 2012)

Apesar da gradativa obsolescência da ocupação tradicional e menor tolerância à ocupação informal, esta ainda é comum na Belém insular. Mesmo tão próximo da metrópole[1] (continente), é comum a paisagem de palafitas em meio à expressivas massas verdes de várzea nas ilhas(ver figura 2).

]

[1] Atualmente a região metropolitana de Belém possui seis municípios (Belém, Ananindeua, Santa Izabel, Benevides, Marituba e Santa Bárbara e Castanhal), todos articulados ao longo da BR 316, com cerca de 2.360.250 habitantes (IBGE, 2013)(ver figura1). Sua porção insular é formada por 47 ilhas, das quais 39 são localizadas em Belém e 8 em Ananindeua. Somente nas ilhas de Belém habitam 71.963 pessoas (SEGEP, 2012).

Figura 2: Palafita na Ilha do Combu –Belém-Pa 2010

Foto: Bruna Ribeiro

Com exceção das ilhas do Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, que apresentam certa urbanização, a população das outras ilhas é formada em sua maioria por ribeirinhos (população tradicional) que vivem da pesca e do extrativismo de frutos que são vendidos nas feiras de Belém, principal ponto de intercessão entre esses dois mundos tão próximos e tão diferentes. Em Belém, as feiras, as festas religiosas, atividades esportivas e escolares, e manifestações cívicas, promovem o encontro entre centrais e periféricos, camponeses e citadinos aproximando os mundos urbano e rural (Guerra, 2006).

A ocupação nestas ilhas é pouco adensada, geralmente os terrenos são de várzea e as edificações ocupam as margens do curso d'água como se eles fossem avenidas, os lotes são grandes e sem delimitações (geralmente a área é habitada por uma mesma família que gere suas subdivisões), e as edificações são do tipo palafita sem que isso signifique necessariamente inadequação habitacional. A população em muitas delas pode ser considerada tradicional conforme a definição de Diegues:

> "Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares etc. Esse '*know-how*' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas comunidades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo

> calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade." (DIEGUES apud DIEGUES p.89 2008)

Nesta perspectiva, tais populações possuem forte identidade, ligação intensa com o território de seus ancestrais, sistema de produção voltado à subsistência, ou seja, praticam uma forma pré-capitalista de produção. Esta população ainda não está totalmente inserida na lógica do lucro e do capital apesar de depender da dinâmica (social, econômica, cultural, politica) da cidade, formando o que Diegues (2009:83) chama de "sociedade parcial".

Não é surpreendente que encontremos alta incidência destas populações no bioma amazônico, que há décadas funciona como fronteira de expansão do capital, ainda que 80% de sua população seja considerada simplesmente urbana, mesmo constituída por grupos diferenciados quanto à origem: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caboclos e camponeses atraídos para assentamentos rurais. (BECKER, 2013; CASTRO, 2006).

A existência das ilhas torna a RMB atípica quanto ao esperado para metrópoles brasileiras, uma vez que populações tradicionais normalmente vivem afastadas dos centros urbanos e dos importantes pólos econômicos. Por outro lado, a proximidade entre ilhas e metrópole faz com que as mesmas sejam vistas como fronteira da expansão urbana pelo setor imobiliário. Segundo Diegues estes sistemas tradicionais são ameaçados normalmente pela incorporação de seus territórios tanto pela expansão urbano-industrial quanto pela fronteira agrícola. Neste contexto, a implantação de complexos industriais, turísticos, a especulação imobiliária[2] ou mesmo a intervenção do Estado através da implantação de áreas naturais protegidas, são comumente responsáveis pela expulsão das populações tradicionais de seus territórios.

## 2. Histórico e aspectos atuais da ocupação em Cotijuba.

Feitos esses esclarecimentos, busca-se analisar neste artigo o espaço construído da a ilha de Cotijuba, a partir da construção teórica de Smith (1988) sobre o relacionamento entre natureza, capital e produção de espaço e a discussão sobre sustentabilidade e derivados de algumas outras abordagens teóricas para demostrar a ambiguidade e ineficiência com que esse espaço vem sendo tratado pelo setor público, ora como espaço rural, ora como espaço urbano.

Para Smith (1988), o capitalismo industrial é o dominador do consumo físico e intelectual da natureza, considerando o fato que a dominação social da natureza é incontestável, ainda que a amplitude e a moral deste processo sejam discutíveis. Ele aborda inicialmente os vários conceitos de natureza para existência humana e seus significados (material, espiritual, acidental, planejada, selvagem, cultivada) e por fim ressalta sua dualidade: externa (coisa, objeto, processos fora da sociedade) e interna (natureza humana, comportamento social). Segundo o autor, a natureza também teria uma dimensão universal, que assimila e contem completamente o ser humano.

[2] Em Belém, a ilha de Caratateua já está em processo de implantação um condomínio Alphaville e já foram desenvolvidos projetos para empreendimentos semelhantes para ilha do Combu ainda que não tenham sido considerados economicamente rentáveis pelos investidores estrangeiros.

Em seu texto, a discussão a partir dos trabalhos de Adam Smith e Karl Marx conduzem claramente a uma distinção entre "natureza primeira" e "natureza segunda". A natureza primeira seria o que existe exterior ao homem e a natureza segunda seria a sociedade e toda a sua organização. De acordo com Marx ainda não existe uma a segunda natureza plena porque o homem ainda não controla completamente a natureza através de suas forças produtivas. Existe uma relação metabólica entre sociedade e natureza mediada pelo trabalho.

A "natureza primeira" é aquela onde são encontradas as populações silvícolas, extrativistas, agrícolas, onde o ser humano não seria capaz de fazer distinção entre sua própria existência e o meio ambiente em que está inserido, e retira diretamente da natureza os meios necessários para sua sobrevivência, tal qual os ribeirinhos extrativistas em discussão.

Por outro lado, para quem vive o ambiente citadino da metrópole o ambiente insular pode representar apenas simplesmente estoques de floresta, habitada por uma população invisível e não valorizada ou não compreendida na medida em que a prevaleceu uma métrica estritamente econômica para sua avaliação, mas para a literatura recente sobre o local (Melo 2010; Bello; Huffner, 2012; PEREIRA et al, p.19, 2000) , a ilha de Cotijuba já seria considerada como área de expansão urbana, em função da trajetória de uso e ocupação da ilha conforme será exposto adiante no texto, embora a transição seja estabelecida em termo comerciais ainda que não tenha sido concluída fisicamente. Essa urbanização incompleta também é sugerida quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que se baseia nas características físicas da ocupação do território enquadra todos os quatros setores censitários contidos na ilha como "Aglomerado rural isolado – povoado" negando-lhes a condição de "Aglomerado rural de extensão urbana", antecipada pela leitura dos geógrafos acadêmicos.

Mais do que a infraestrutura urbana, os equipamentos viabilizaram também a urbanização incompleta de Cotijuba como já mencionado anteriormente no texto. Trata-se daquela urbanização marcada pela precariedade de infraestrutura, de conteúdo e não de forma, desenvolvida muito mais por localizações geográficas, baseada em relações mercantis de troca e acesso a serviços do que por uma ação planejada de organização do território. Ao falar da relação com o rural, Lombardi (2014) expõe que não se trata de dois mundos distintos mas que o urbano "incompleto" se estende sobre o rural, mas do que na forma, através do modo de vida e da forma de pensar. Cotijuba é uma ilustração desse fenômeno, que pode ser vista como um universo rural com forte assimilação de conteúdo urbano, emerge a segunda natureza no que se refere às relações sociais, enquanto a "natureza primeira" prevalece onde é praticado o extrativismo.

Administrativamente, Cotijuba, uma das 39 ilhas do município de Belém, faz parte do Distrito administrativo de Outeiro (DAOUT) apesar de manter relação direta com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) onde fica o trapiche da ilha que recebe o transporte público, hidroviário regular, única conexão de transporte público disponível com a cidade. Cotijuba é a única ilha de Belém que conta com este tipo de transporte de forma regular; esse é o fator chave para que o uso e ocupação do solo encontrado na ilha também seja único, diferenciado tanto de ilhas menores (menos urbanizadas) e das maiores (mais urbanizadas e conectadas á cidade por pontes).

Ao longo de sua história várias interferências ocorreram em seu território (ver Quadro 1), introduzindo novos atores e configurações que aos poucos foram se descolando da "natureza primeira", porém ainda assim a exuberância da natureza na Amazônia impõe habilidades adaptativas ao meio que apenas populações tradicionais possuem ou estão dispostas a conviver. Em Cotijuba esse tipo de população se manteve ao longo do século XX apesar das influências exógenas manifestas nas intervenções e das formas de uso e ocupação da ilha. O quadro a seguir mostra um resumo da trajetória de ocupação da ilha a partir dos usos e equipamentos que a mesma abrigou com destaque.

Quadro 1- Resumo de Interferências Relevantes em Cotijuba-Pa realizados pelo poder público (estado e município).

| Período | Equipamento | Motivação | Características | Tendência | Referência |
|---|---|---|---|---|---|
| 1784 | Engenho de branquear arroz (Oryzia sativa) | Condições físicas favoráveis | Moderno, um de apenas nove existentes no Pará na época | Rural | Natureza Primeira |
| 1835 a 1840 (Cabanagem) | Alojamento e Hospital Militar para brigada pernanbacana combatente dos cabanos | Localização geográfica-estratégicado ponto de vista político e militar | Não se sabe sua localização exata, supõe-se que seja no "Poção" | Urbana | Natureza Segunda |
| Até 1930 | Farol | Localização geográfica - estratégica para a navegação | Servia como sinalização náutica para viajante de Belém à ilha do Marajó | Náutica | Natureza Segunda |
| 1932 | Educandário "Nogueira de Faria" | Localização geográfica - isolamento da cidade | Moderno para época, uma edificação feita para abrigar quatrocentos menores de idade com boas instalações hidro-sanitárias | Urbana | Natureza Segunda |
| Final da década de 40 | Cooperativa Mista de Cotijuba | política de colonização e incentivo á migração | Cultivava legumes, ovos, aves, frutas etc. Oito famílias japonesas refugiadas da 2ª Guerra Mundial eram responsáveis pela cooperativa, prestavam serviço à comunidade e ensinavam técnicas agrícolas para os alunos do educandário. | Rural | Natureza Primeira |
| 1968 a 1978 | Presídio | Localização geográfica - isolamento da cidade | Antigo educandário, facilitava a fuga de presos uma vez que não tinha sido projetado com esta função. Período marcado por fatos violentos na ilha. | Urbana | Natureza Segunda |
| 2000 | Trapiche (Prefeitua Municipal de Belém) | Ampliar e melhorar o fluxo de passageiros e cargas entre o continente e a ilha. | Substitui o antigo trapiche da Faveira, facilita o turismo na ilha e é indutor de atividades econômicas | Urbana | Natureza Segunda |
| 2004 | Subestação de Energia elétrica | Fornecer energia elétrica para toda ilha de forma regular. | Substituiu o antigo sistema de geradores a diesel que não atendia à toda ilha e a integra ao serviço regular fornecido ao público pela concessionária a todo estado. | Urbana | Natureza Segunda |

Fontes: SANTANA, 2002;PEREIRA et al,2000; MELO,2010

É importante ressaltar que mesmo aquelas intervenções de cunho rural-agrícola e, portanto associadas à natureza primeira, são diferentes da prática extrativista que é tradicional, e necessitam de um conhecimento sobre os ciclos da natureza não sistematizado para permitir sua expansão. O projeto agricola de Cotijuba foi similar ao implantado no final do século XIX na ilha de Caratateua, também pertencente a Belém. Contudo as iniciativas de agricultura nas ilhas só sobreviveram enquanto mantidas por imigrantes, com o agravante das culturas desenvolvidas não terem se adaptado ao clima da região, levando ao abandono dos lotes agrícolas (SILVA,95).

Estes dois exemplos de fracasso em programas de incentivo a migração para áreas de várzea e ribeirinhas da Amazônia com fins agrícolas, mostram como imigrantes têm dificuldades em se adaptar a este tipo de ambiente natural. A população nativa desenvolveu estratégias para lidar com o mesmo da forma mais harmônica possível, de ocupação de baixo impacto e pouca resistência à pujança da água e da vegetação, entretanto os produtos oriundos do extrativismo têm baixo valor econômico, o que torna a atividade pouco atraente para imigrantes.

> "Construir palafitas de madeira em pequenas comunidades de famílias que viviam da pesca e da extração de produtos da floresta, e usavam a água dos rios para abastecimento, transporte, etc., foi estratégia exitosa para ocupação das várzeas e estabelecimento de vilas e comunidades ribeirinhas" (WAGLEY, 1957 apud CARDOSO, VENTURA NETO, 2012).

Contudo os equipamentos urbanos, instalados pelo setor público, foram atraindo outras melhorias (abertura de vias, igrejas, instalação de rede de água, energia e esgoto). Estes investimentos dinamizaram a ocupação da ilha permitindo o aumento do fluxo de pessoas. Moradores das ilhas vizinhas passaram a frequentá-la buscando as vantagens oferecidas pelos serviços e equipamentos públicos disponíveis (MELO, 2010).

Observa-se a ambiguidade com que a ilha era tratada, tanto como espaço rural quanto como espaço de expansão urbana. Mais uma evidência desta indefinição quanto a vocação e ao tipo de uso e ocupação da ilha é a proposta de loteamento do ITERPA de 1951 (ver figura 3), fiel representante da tendência de urbanização da época neste caso através da prioridade que foi dada à propriedade privada em contraposição à lógica de uso comunal do território pelos extrativistas e à produção agrícola praticada.

Figura 3:Mapa do ITERPA- Proposta de loteamento para Cotijuba

Fonte:Bello, L. e Huffner, J.(2012)

Os vários equipamentos instalados em Cotijuba pelo menos até a década de 1960 demonstram a relevância desta ilha no cenário regional e o quanto a conexão pelo rio nem sempre foi vista como obstáculo para a instalação e manutenção de arrojadas infraestruturas, diferentemente do que ocorreu após o advento do rodoviarismo[3], o transporte hidroviário tornou-se símbolo de obsolescência, a ilha experimentou gestão mais frágil do setor público e início de ocupação desordenada para fins de moradia por parte de grupos sociais que já não conseguiam se manter nas áreas de baixada ou populares de Belém.

> "Já na década de 90, Cotijuba passa por uma série de transformações, marcada pela exploração imobiliária e do meio ambiente, sofrendo com a ocupação desordenada. Embora ainda possua a aparência de uma pacifica ilha bucólica, com alguns problemas urbanos em evidência, devido ao modelo perverso de ocupação e infraestrutura deficiente, hoje já pode ser considerada um novo núcleo urbano" (PEREIRA et al, p.19, 2000)

O transporte regular e a energia elétrica,são as modificações recentes que mais difundiram a urbanização (ver quadro 1), a linha fluvial está em funcionamento desde outubro de 1994.

No trapiche é possível perceber a relação ilha x continente, tanto no fluxo de pessoas quanto no de cargas. Durante a semana é comum o trânsito de trabalhadores que moram na ilha e trabalham no continente. Aos fins de semana e feriados o fluxo se inverte quando o volume de turistas indo do continente para a ilha é significativo. Em Icoaraci é perceptível um intenso comércio de mercadorias, quase uma feira livre, na chegada de embarcações com produtos vindos de Cotijuba.

[3] Neste período, o país vivia o momento de integração pelas rodovias, dentro do ideal de desenvolvimento econômico e industrial, referência muito diferente do que era vivido na Amazônia principalmente nos ambientes insulares, e é provável que a implantação do rodoviarismo na região, como parte do modelo desenvolvimentista, tenha grande contribuição para a negação e a desprezo sofridos por Cotijuba e ambientes semelhantes após a década de 1960.

Os serviços públicos permitiram o acesso dos moradores da ilha a eletrodomésticos e a informação através de televisão mas também proporcionaram a expectativa de conforto aos turistas de baixa renda (MELO,2010), contudo o restante da infraestrutura física e da estrutura administrativa não foram adaptadas para receber tantos visitantes ou adensamento populacional com a inexistência de regulação de uso e ocupação do solo pelo setor público. Tradicionalmente são as famílias de extrativistas e ribeirinhos que definem as práticas de uso e ocupação do solo nos ambientes de várzea.

A consequência dessas limitações tem sido o aumento da violência, ineficiência da coleta de lixo, do fornecimento de água encanada, suprido por poços individuais, e na proliferação de atividades informais como o serviço de mototáxi mantido pela venda clandestina de combustível pois na ilha não há postos de venda autorizados, e a substituição dos gêneros de vida[4] tradicionais pela forte influência da população continental, um exemplo são as festas de aparelhagens comuns na periferia de Belém que atualmente são as principais formas de lazer em Cotijuba. Chama atenção a quantidade de casas de show que promovem este tipo de evento, e a degradação ambiental pela perda de cobertura vegetal e exploração mineral.

Estas tendências, na prática, apontam para a contra mão de condições geradoras de sustentabilidade no espaço urbano, conforme a visão de Acserald(2009).

Segundo Acserald (2009) os pobres são as principais vítimas da degradação ambiental, isso justificaria o critério da equidade como principio de sustentabilidade e a combinação de justiça e ecologia. Esta fragmentação seria resultante também da desigualdade distributiva, pressão sobre recursos naturais, dependência financeira e disparidade no controle de mercado e tecnologias. A sustentabilidade decorreria então da submissão do mercado às leis de rendimento da natureza, das quais depende, por sua vez, a economia de subsistência dos povos, e é muito complicado pensar nesta submissão onde a tendência é o fortalecimento de uma ocupação de segunda natureza baseada nas práticas, valores e parâmetros do continente. A preservação dos recursos naturais seria uma questão de justiça intergeracional e a sustentabilidade decorreria da distribuição espacial da pressão técnica, da população e de atividades sobre a base de recursos ambientais urbanos. Contudo, não há um consenso sobre o que seria mais sustentável, se uma alta ou baixa taxa de densidade, e também não se pode desconsiderar a desarticulação do debate sobre sustentabilidade em meio urbano e em meio rural, e especialmente em ambientes de transição como aparenta ser o caso de Cotijuba.

Modelos de desenvolvimento econômico e industrial baseados no ascetismo e na pureza, não consideram outros recursos, tais como o patrimônio imaterial da cidade (a memória, os valores, heranças, o caráter, a identidade, ambiente natural e construídos do lugar) como estratégia de fortalecimento dos sentimentos de pertencimento à cidade por seus habitantes. Estes recursos são considerados muito relevantes para as populações tradicionais estudadas por Diegues e para os que vivem na ilha no estágio de “natureza primeira” explicada por Smith (1988). A insustentabilidade das políticas urbanas estaria na incapacidade de prover serviços públicos quantitativamente e/ou qualitativamente, por incompetência ou indisposição em democratizar o acesso aos serviços públicos. E dada a sua extensão territorial e diversidade sócio espacial,

[4] Em seu trabalho Melo (2010) define resumidamente gênero de vida como formas ativas de adaptação de um determinado grupo humano ao meio geográfico.

Cotijuba se revela como um potencial laboratório para a formulação de diretrizes de sustentabilidade.

Atualmente os registros dos diversos usos praticados no território da ilha constituem um mosaico composto por fragmentos dos diversos tipos de intervenção realizada na ilha, acrescidos das possibilidades de consumo da natureza associadas ao turismo, oferecidas pela praia. Melo (2010) faz referência ao relacionamento entre gêneros de vida, usos observados na ilha e localização das atividades econômicas. No Quadro 2 percebe-se que apesar das alterações na paisagem, a maioria dos gêneros de vida praticados ainda estão enquadrados na natureza primeira e o único identificado como de natureza segunda também é depende do meio ambiente natural ainda que indiretamente ao tornar a natureza produto de consumo. Neste contexto, políticas públicas capazes de regular o uso e a ocupação do solo seriam essenciais para preservação e compatibilização de todos os gêneros de vida presentes em Cotijuba e de seu rico ambiente natural.

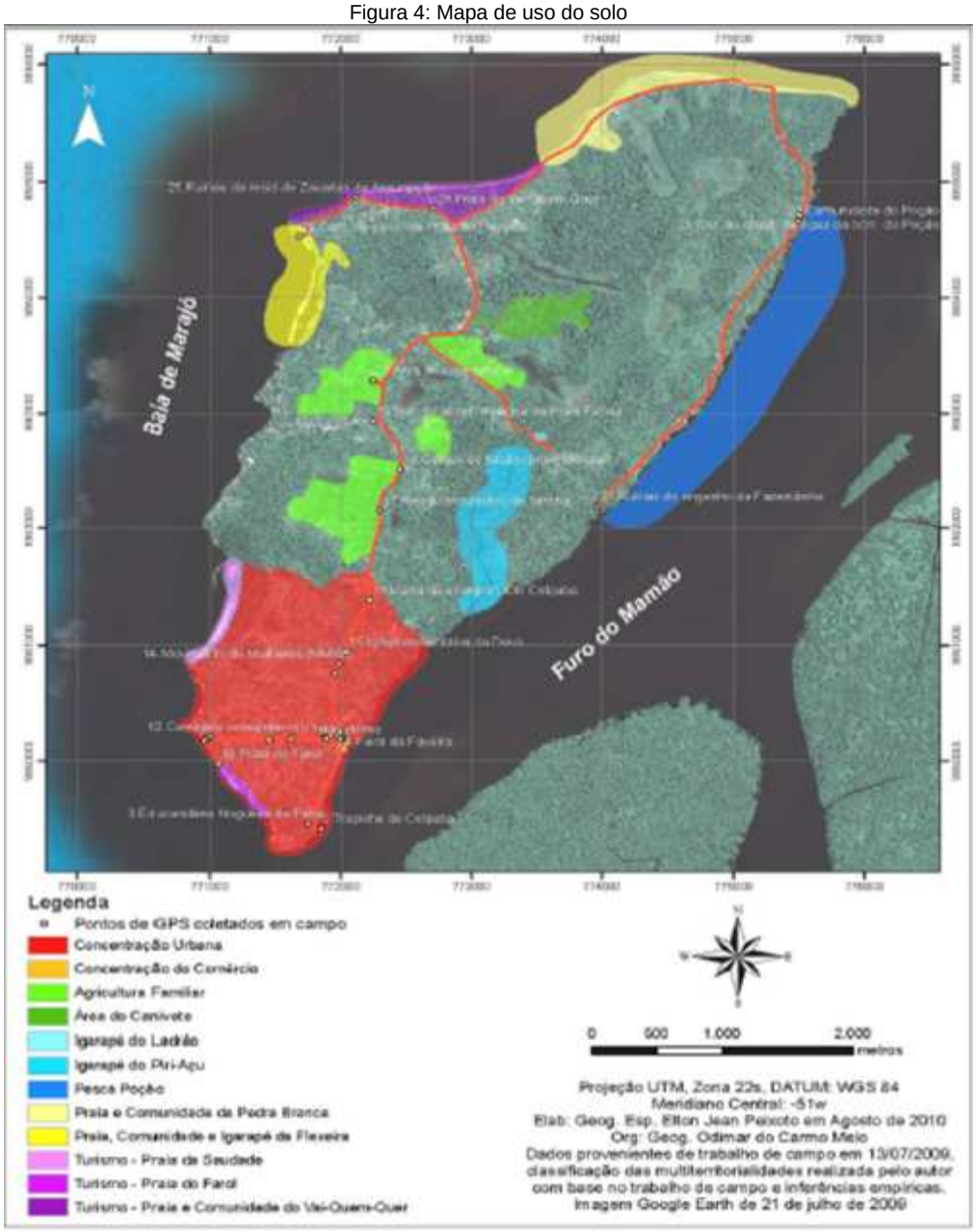
Quadro 2: Resumo das atividades de gêneros de vida observados na ilha.

| Atividade | Histórico | Referência | Localização | Problemas | Comercialização |
|---|---|---|---|---|---|
| Agricultura familiar | Tradicional | Natureza Primeira | Atualmente predominante no centro da ilha. antes aos arredores do educandário onde hoje prevalecem as atividades ligadas a logistica do trapiche | Falta de incentivo público principalmente para aquisição de insumos e transporte da produção. os agricultores dependem de atravessadores o que comprometo o lucro deles | Icoaraci. Belém e Feira da Faveira |
| Pesca Artesanal | Tradicional | Natureza Primeira | Áreas de praia. destaque para praias Funda. Flexeira. Pedra branca e Poção | Roubos de material | Belém. Icoaraci e Feira da Faveira |
| Agroextrativismo | Tradicional | Natureza Primeira | Ao longo de toda ilha | Extração de areia e madeira. causa de degradação ambiental | Feira da faveira. Icoaraci e Belém porém a maioria é para própria subsistência |
| Turismo | Recente | Natureza Segunda | Áreas de praias | Falta de política pública setorial. desestruturadora de genero de vida e estimuladora da ocupação desordenada | Áreas de praias |

Fonte: MELO,2010.

Ao analisar a espacialização das atividades (ver figura 4) observa-se a conformação de um núcleo urbano onde estão concentrados comércio, serviço, instituições, o trapiche e as ruínas do educandário; o turismo acontece nas áreas de praia e; a agricultura familiar no “miolo” da ilha, nas margens da principal via chamada pelos moradores “estrada”, onde o solo é mais propicio para esta prática. Como a agricultura se realiza muito próxima do núcleo urbano, há forte superposição de gêneros de vida, que misturam práticas produtivas, atividades econômicas e modos de vida desconexos mas articulados pela condição econômica semelhante de habitantes. Muitos deixaram a agricultura e passaram a viver de serviços do comércio de bebidas ou produtos trazidos da cidade na expectativa de explorar a prática do turismo.

Figura 4: Mapa de uso do solo




Fonte: Adaptado de MELO,2010

Em pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com moradores, distribuídas nas áreas identificadas no mapa da figura 4, com habitantes que praticam diferentes gêneros de vida, para explorar distintas percepções do lugar. Existem moradores que, por sua origem ou ocupação mais associada à vida urbana são insatisfeitos, moradores nativos inseridos em práticas urbanas mas oriundos da rotina tradicional reclamam da precariedade dos serviços e infraestrutura, e os nativos ligados a prática tradicionais são os menos insatisfeitos expressando não um comodismo, como julgam os outros moradores, mas a genuína relação de identidade com o lugar e o modo de vida (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Perfis de moradores encontrados nas diversas áreas do mapa de uso e ocupação do solo

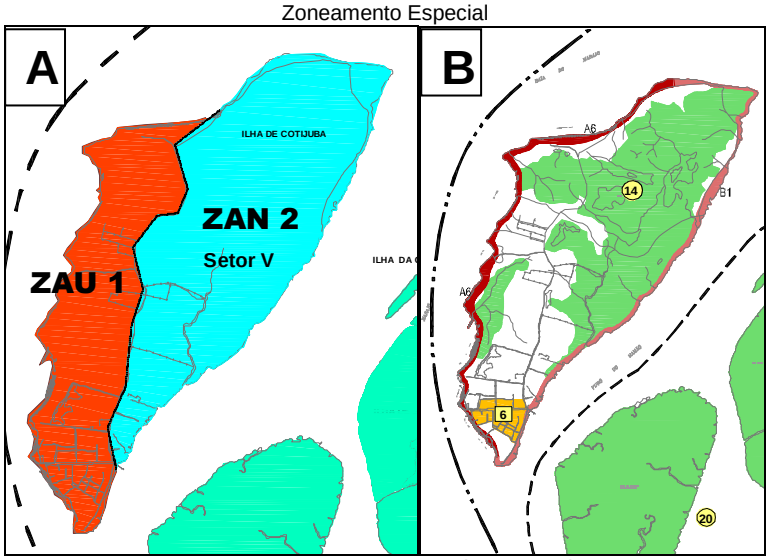
| | |
|---|---|
| | Assistente administrativa, 21 anos, sempre morou em Cotijuba, trabalha em uma associação na própria ilha, se sente satisfeita onde vive, lamenta a falta de educação de qualidade e de opções de lazer para os jovens. |
| | Faxineira, 48 anos, sempre morou na ilha, trabalha como serviços gerais fora da ilha(em Icoaraci), se desloca a navio de segunda a sexta, lamenta o valor e a precariedade do transporte. |
| | Extrativista, 51 anos, natural de Barcarena (Ilha das Onças), mora na ilha a 20 anos, pescador e extrativista. Fornece Priprioca para empresa de cosméticos através do "Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém", localizado na ilha e também pesca, fornece todo pescado para uma única pessoa. Morador do Poção, sem acesso a infraestrutura, se incomoda apenas com a falta de pavimentação nas vias. Não trocaria as amenidades ambientais da ilha pelos transtornos da cidade |
| | Representante do Terceiro Setor, 40 anos, veio de Belém para morar na praia do Vai-quem-quer, onde possui pousada. Atualmente, é presidente do MMIB (Movimento das mulheres das ilhas de Belém) |
| | Comerciante, 48 anos, veio de Icoaraci e mora na ilha há 30 anos, disse estar satisfeito quanto ao lugar escolhido para morar, mas sente a falta de agência bancária e lotérica. |
| | Empresário, 60 anos, é do Ceará mudou-separa morar da Ilha Nova há 30 anos, foi líder comunitário na ilha de Cotijuba e presidente de uma cooperativa pescadores e empresário, reclama do preço da passagem, da alimentação, da política local que segundo ele afasta os turistas. Reclama da administração exógena que é imposta na ilha, que desconhece as reais necessidades da população. |
| | Aposentado, 84 anos, vindo de Cametá, mora na ilha há 70 anos, ex-aluno do educandário e ex-funcionário do reformatório, lamenta a perda da memória patrimonial da ilha por conta dos prédios históricos se encontrarem em ruínas, conta com enorme prazer e orgulho suas histórias de ex-aluno e funcionário. |

*As cores da faixa indicam os locais onde os moradores estão estabelecidos na ilha com base no mapa da figura 4.

## 3. Legislação existente para ilha.

No Plano Diretor Municipal, Cotijuba está dividida em duas macrozonas uma de ambiente urbano (sul e oeste) e outra de ambiente natural (norte e leste)(ver figura 5-A e Quadro 4) além de áreas zoneamento especial para sua área de orla, campos alagados e ruinas do educandário(ver figura 5-B). O plano Diretor de Belém caracteriza as macrozonas da seguinte forma:

Figura 5: Zoneamentos de Cotijuba retirados dos mapas do Plano Diretor de Belém, (A) Macrozoneamento e (B) Zoneamento Especial




Fonte: Plano Diretor do Município de Belém

Quadro 4 – Resumo da legislação de Macrozoneamento de Cotijuba -Pa

| | MZAU (ZAU 1) | MZAN (ZAN 2 Setor V) |
|---|---|---|
| Características | Apresenta ocupação rarefeita, inexistência de infra-estrutura e presença de vegetação significativa | Situa-se ao norte e a leste da ilha de Cotijuba, caracteriza-se por apresentar ecossistemas de várzea com vegetação conservada, lagos naturais e elementos do patrimônio histórico, cultural e arqueológico. |
| Objetivos | I - garantir a qualidade ambiental;II - promover a ocupação horizontal de baixa densidade;III - manter parte da vegetação, assegurando a paisagem natural;IV - implementar V - dinamizar atividades de turismo, cultura e lazer.infra-estrutura mínima; | I - conservar os ecossistemas existentes, com manutenção do patrimônio ambiental;II - identificar e qualificar os assentamentos existentes;III - integrar as comunidades às atividades produtivas de caráter local, não agressivas ao meio ambiente.IV - desenvolver atividades econômicas compatíveis com os ecossistemas existentes;V - conservar o patrimônio histórico, cultural e arqueológico. |
| Diretrizes | I - promover a estruturação do sistema viário e áreas de uso coletivo; II - promover atividades de cultura, esporte e lazer, nas áreas de uso coletivo;III - estimular as atividades de comércio e serviços locais;IV - implementar mecanismos de combate à retenção imobiliária | I - realizar estudo com a finalidade de criação de unidades de conservação;II - promover o ordenamento e monitoramento das atividades econômicas sem degradação do III - promover a regularização fundiária dos assentamentos ou comunidadespatrimônio cultural e ambiental;existentes, quando possível;IV - promover infra-estrutura compatível com as atividades econômicas desenvolvidas na ilha, sem degradar o meio ambiente.(Lei nº8.655/2008) |

Fonte: Plano Diretor do Município de Belém

Dentro do amparo da legislação ambiental, muitos pensam que Cotijuba é uma APA[5] (Área de Proteção Ambiental), talvez porque na década de 90 houve um projeto de lei

[5] Conforme o artigo 15 da Lei nº 9.985/2000 a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes

para isto, porém não foi aprovado pelos vereadores. O que há de fato é a Lei Nº 7.768/95 que restringe o uso de veículos automotivos na ilha, substituídos pelas charretes, bondinhos e motocicletas(ver figura 6).

Figura 6 – Charretes e mototáxis na chegada da ilha

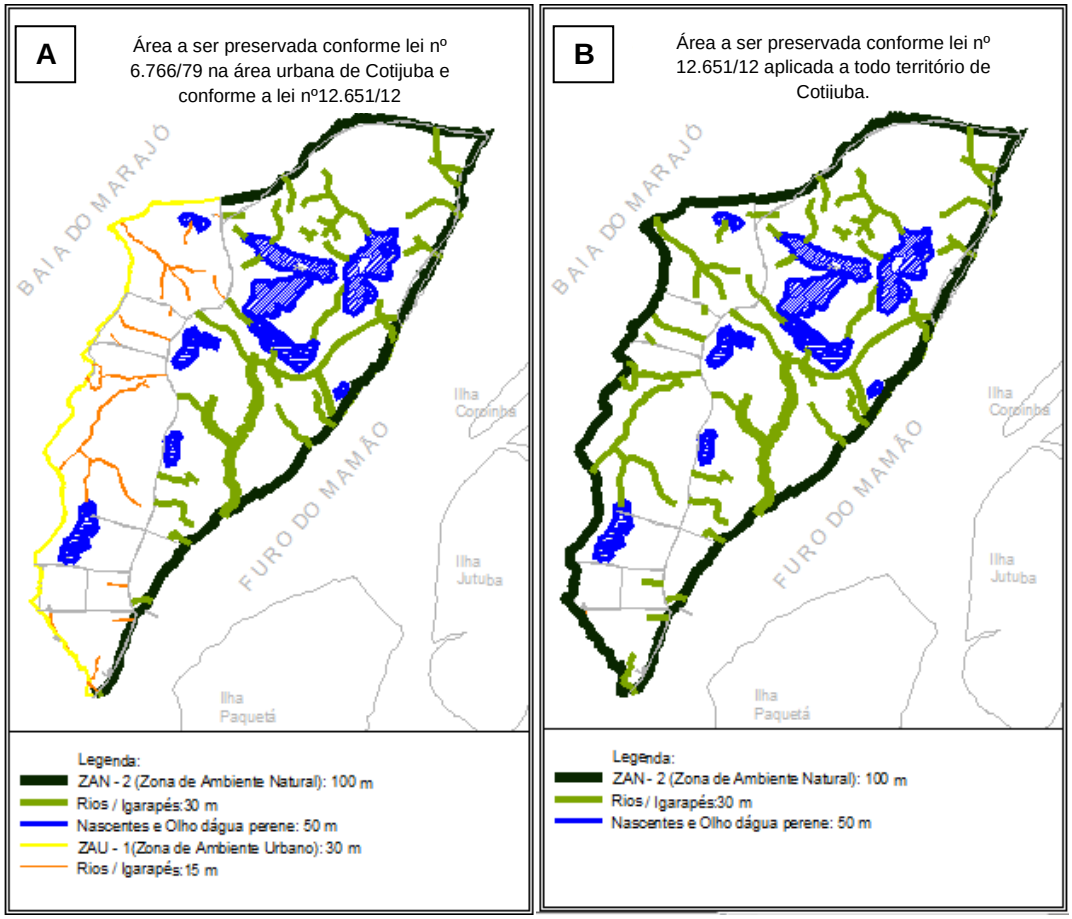
Fonte: Bruna Ribeiroe Fabiola Bezerra, 2014

De acordo com o Código Florestal Brasileiro lei nº 12.651/12 baseado no artigo 4º, uma porção considerável da área de Cotijuba é APP (Área de Preservação Permanente) embora não se faça nenhuma referência a este amparo legal no planejamento e na gestão deste espaço.

Outra lei federal que não é de cunho ambiental, mas urbanístico, tem aplicação nesta ilha quanto a área *non aedificandi* às margens de cursos d'água, trata-se da lei nº 6.766(Lei de Parcelamento do Solo), contudo como entende-se que por tutelarem objetos diversos (população urbana e ambiente natural) não há conflitos entre os limites estabelecidos por estas leis (ver figura7). Mesmo nos casos em que o Código Florestal Brasileiro permitir a supressão de vegetação e a ocupação antrópica os limites estabelecidos pela lei de Parcelamento do Solo precisam ser respeitados (MACIEL, 2010).

para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Figura7: (A) Área a ser preservada conforme lei nº 6.766/79 na área urbana de Cotijuba e conforme a lei nº12.651/12
(B) Área a ser preservada conforme lei nº 12.651/12 aplicada a todo território de Cotijuba.




Fonte: Baseado na Lei nº 6.766/79 e Lei nº 12.651/12, elaborado por Fabiola Bezerra.

Estas categorias encontradas na legislação ambiental (APA e APP) possuem funções semelhantes de preservação do ambiente natural e uso sustentável de seus recursos, mas o simples fato de enquadrar a ilha nestas categorias não garante o cumprimento dessas funções sem o apoio de politicas públicas, regulação do espaço construído e da devida fiscalização da área, além da grande possiblidade de que elas não tenham sido concebidas para a realidade em questão, quando, por exemplo, a o texto que explica a APA fala de “um certo grau de ocupação humana”. Será que é o grau encontrado na área de estudo?

A existência de ilhas densamente florestadas circundantes a cidade de Belém é fator benéfico para a condição ambiental favorável no ambiente urbano, motivo para monitorar a ocupação e a atividades desenvolvidas nelas e a baixa densidade formada pela população ribeirinha consegue preservar estes ambientes (Silva, 2010).

Constata-se que há bastante coerência do instrumento de planejamento municipal com a real configuração espacial de Cotijuba, suas necessidades e potencialidades, muito mais sensível a sua dinâmica do que o IBGE ao considerá-la simplesmente e plenamente rural ou ao estabelecido pelas outras leis federais mencionadas. Contudo, a gestão cotidiana do espaço não materializa aquilo que está previsto em lei, a paisagem é fruto do improviso e casual (ver figura 8), na medida em que a legislação e

o planejamento de macroescala, como nível de resolução, sem influência direta no controle urbano e na gestão. A Lei de Controle Urbanístico de Belém (Lei Complementar 02 de 19 de julho de 1999) trata apenas da parte continental do município excluindo toda área insular, onde todos os padrões e tipologias de uso e ocupação são informais ou na melhor das hipóteses vernáculas.

Figura 8: tipos de uso do solo em Cotijuba

Mapa: adaptado de MELO, 2010. Fotos: Bruna Ribeiro e Fabiola Bezerra

## 4. Conclusão

Apesar de mais coerente no reconhecimento dos processos de ocupação existentes, o poder público municipal não consegue por em prática, através de suas politicas e estratégias de gestão, ações capazes de regular este espaço, talvez por falta de repertório adequado, pois historicamente este tipo de contexto “intermediário” não foi objeto de politicas de gestão e regulação. A necessidade de regular o território só se manifesta quando a conexão do rural para o urbano está completa, ou quando é tarde demais cogitar a possibilidade de articular funções urbanas e ambientais, seja no ambiente metropolitano ou em aglomerados menores, que copiam a capital. O mais comum é negar o território, uniformizá-lo, suprimir vegetações, cursos d’água e depois

recriar uma natureza exógena, alienígena e que não suporta a população que não foi preparada para produzir agravando o processo de exclusão juntamente com agressões ambientais.

Se o transporte fluvial regular favoreceu as modificações no uso e ocupação do solo em Cotijuba, nas ilhas ligadas ao continente por pontes (Caratateua e Mosqueiro) a omissão do poder público tem consequências muito maiores no aumento do desmatamento, surgimento de assentamentos informais e instalação de empreendimentos imobiliários de alto padrão e a permanência desta postura só garante que a chegada destas tendências em Cotijuba seja apenas uma questão de tempo e interesse apesar da clara vocação da ilha ao atendimento de necessidades das classes populares.

Esta realidade pode ilustrar a lacuna que existe na literatura em meio à abordagem de populações tradicionais e seu meio ambiente, como a realizada por Diegues (2008) e a abordagem do meio ambiente urbano e sustentabilidade com Acserald(2001), tão pouco existe repertorio prático sobre gestão deste tipo de espaço. Seria o caso de elaboração, por exemplo, de uma lei, desenvolvida na região, de “controle urbanístico” para um espaço que não é totalmente urbano? Ou de qualquer outro instrumento capaz de regular este espaço de modo a permitir que ele continue abrigando outras racionalidades? A solução estaria na microescala?

A falta de leitura sobre este tipo de ambiente e a omissão por parte da gestão, não impede que suas dinâmicas se transformem, pelo contrário, elas evoluem de forma a manifestar de duas tendências: a remanescente da população tradicional aliada à população de baixa renda adaptada a pouca oferta de infraestrutura, mas já pertencente à natureza segunda, e a tendência exógena do capitalismo global hegemônico que traz o capital imobiliário e a visão da natureza como objeto de consumo, presente no turismo por exemplo, que juntamente com as comodidades da vida moderna, ao que se pode constatar, traz a degradação do ambiente urbanos e praticas insustentáveis, essas práticas não são submissas às leis de rendimento da natureza, como são as práticas tradicionais que há séculos convivem de maneira harmoniosa com o meio ambiente garantindo o que Acserald chama de justiça intergeracional .

Prevalecerá aquela que conseguir arregimentar novos atores para sua consolidação. Neste embate a posição do setor público será muito importante, se o mesmo será o garantidor da cidadania, posição condizente com que está posto na legislação municipal, ou escolherá a omissão, que denuncia um claro posicionamento em favor da urbanização pautada exclusivamente pelos interesses do capital.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. *A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DPRA, 2001.

BECKER, Bertha K. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BELÉM. Lei nº7.768, de 02 de outubro de 1995. *Estabelece normas quanto a circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba.*

BELÉM. Lei nº02, de 19 de julho de 1999. *Estabelece normas quanto a circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba.*

BELÉM. Lei nº8.655, de 30 de julho de 2008. *Plano Diretor do Município de Belém.*

BELLO, Leonardo; Huffer. João. *Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na ilha de Cotijuba, Belém-pa*.
Acesso em: 14 de MAI. De 2014
Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/

BRASIL. Lei No 6.766, de 19 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano*.

BRASIL. Lei No 9.985, de 18 de julho de 200. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.*

BRASIL. Lei No 12.651, de 25 de maio de 2012*. Institui o novo Código Florestal*.

CASTRO, Edna.Prefácio. In: CARDOSO, Ana Cláudia. *O rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém:EDUFPA, 2006.

CORRÊA, R. L. (1987). A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68.

DIEGUES, Carlos. *Povos e Águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. São Paulo: NUPAUB/ USP2002.

DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

GUERRA, Gutemberg. *Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda*. In: CARDOSO,A. (Org). O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.

IBGE. *Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário*. Rio de Janeiro, 2011.

LOMBARDI, Thais. *A(s) fronteiras(s) amazônica(s): Dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

MACIEL, Marcela. *As Áreas de Preservação Permanente em área urbana. O aparente conflito entre o Código Florestal e a Lei de Parcelamento do Solo.*
Acessado em: 20 de mai. 2014.
Disponível em: http://jus.com.br/artigos/17914/as-areas-de-preservacao-permanente-em-area-urbana.

MELO, Odimar. *O lugar e Comunidade na ilha de Cotijuba-pa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará:Belém,2010.

MONTE-MÓR, R. L. D. M. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. v. 1994p. 169–181.

PEREIRA, Érika et al. *Estudo da estruturação urbana de Cotijuba e Contribuições para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha*. Universidade Federal do Pará:Belém,2000.

SANTANA, Rosinete. *Território e gênero de vida de uma população ribeirinha na ilha de Cotijuba*. Belém-Pa. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará:Belém,2002.

SEGEP. *Anuário Estatístico do Município de Belém*, 2012.

SILVA, Maria. *Caratateua: a ilha e o subúrbio de Belém*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo,1995.

SILVA, Sérgio B. *Belém e o Ambiente Insular*. Belém, UFRA, 2010.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*.Bertrand Brasil, 1988
VENTURA NETO, Raul da Silva; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. *Ocupação de margem de rio na metrópole amazônica: origem local e tendências globais.*
Acesso em: 20 de nov. 2013.
Disponível em :http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/APP/article/view/3858